

Laís Machado Lucas

PROGRAMAS DE INTEGRIDADE NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS

**Implementação como conteúdo do dever
de diligência dos administradores**



livraria//
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2021

Conselho Editorial

André Luís Callegari
Carlos Alberto Molinaro
César Landa Arroyo
Daniel Francisco Mitidiero
Darci Guimarães Ribeiro
Draíton Gonzaga de Souza
Elaine Harzheim Macedo
Eugênio Facchini Neto
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet
Giovani Agostini Saavedra
Ingo Wolfgang Sarlet
José Antonio Montilla Martos
Jose Luiz Bolzan de Moraes
José Maria Porras Ramirez
José Maria Rosa Tesheiner
Leandro Paulsen
Lenio Luiz Streck
Miguel Ángel Presno Linera
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira
Paulo Mota Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L933p Lucas, Laís Machado.

Programas de integridade nas sociedades anônimas : implementação como conteúdo do dever de diligência dos administradores / Laís Machado Lucas. – Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2021

180 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-86017-22-9

1. Sociedades anônimas - Corrupção - Combate. 2. Administradores de empresas - Diligência. 3. Fraude empresarial. 4. Programas de integridade. I. Título.

CDU 347.725:343.352

Índice para catálogo sistemático:

1. Sociedades anônimas : Corrupção : Combate 347.725:343.352

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

Sumário

Apresentação – Ricardo Lupion	19
1. Introdução	21
2. A origem da fraude empresarial	25
2.1. O caminho da fraude empresarial	30
2.1.1. A pressão	31
2.1.2. A oportunidade	37
2.1.3. A racionalização	38
2.2. A corrupção como uma espécie de fraude empresarial	44
2.2.1. Causas da corrupção	45
2.2.2. O problema da corrupção	54
2.2.3. O tratamento da corrupção no Brasil	60
2.3. O movimento da governança corporativa	67
2.3.1. As Origens da Governança	67
2.3.2. Melhores práticas e destinatários da governança	75
2.3.3. O <i>compliance</i>	81
3. O impacto dos movimentos de combate à corrupção no dever de diligência dos administradores	97
3.1. A administração da sociedade anônima e o seu papel perante as fraudes empresariais	98
3.1.1. Natureza jurídica e finalidade da administração da sociedade anônima	100
3.1.2. Órgãos integrantes da administração: conselho de administração e diretoria	110
3.2. A atual configuração do dever de diligência e a necessidade de releitura de seu conteúdo perante as disposições da Lei 12.846/2013	125
3.2.1. A configuração clássica do dever de diligência	143
3.2.1.1 Dever de informar-se e qualificar-se	143
3.2.1.2. Dever de fiscalizar, dever de investigar e dever de intervir	146
3.2.1.3. Dever de participar ou dever de assiduidade	149
3.2.1.4. Dever de bem administrar e de não praticar erros graves	150
3.3. O dever de implementar os programas de integridade	151
4. Conclusão	163
5. Referências bibliográficas	169